


**Histórico da retomada do Grupo da Terra e o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA)**

Atendendo à reivindicação da Marcha das Margaridas, foi retomada a institucionalização do Grupo da Terra, pela Portaria do **Ministério da Saúde nº 1.120, de 15 de agosto de 2023**. O Grupo da Terra é uma instância de gestão participativa, composto por representantes de movimentos sociais populares, órgãos governamentais e convidados, foi instituído em 2005 com a finalidade de elaborar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) e definir estratégias para a sua implementação no País

Atualmente o Grupo conta com 24 movimentos sociais e 20 órgãos do executivo, realiza reuniões ordinariamente presenciais três (3) vezes ao ano, promove diálogos itinerantes nos territórios e tem se constituído como um espaço de diálogo e proposições, na busca por respostas às demandas e necessidades de saúde dessas populações. O Grupo da Terra conta com uma Assessoria que se propõe a cumprir o objetivo de desenvolver estratégias para implementação da (PNSIPCFA).

Nesse sentido, se faz necessário avançar na pactuação, monitoramento, avaliação e implementação efetiva do terceiro Plano Operativo da PNSIPCFA: 2025/2027 na perspectiva de fortalecer a PNSIPCFA, estruturado a partir de sete eixos estratégicos.

**Eixo 1: Acesso das populações do campo, da floresta e das águas na Atenção à Saúde.**

**Objetivos:**

I -Contribuir com a ampliação e fortalecimento da cobertura de acesso à atenção à saúde das populações do campo, da floresta e das águas.

**Principais ações e estratégias do Eixo 1:**

- Ampliação da Atenção Primária em Saúde – APS. Incorporar as propostas da nota técnica com o novo conceito das ruralidades com destaque para o redimensionamento das equipes da APS, considerando as especificidades dos territórios e os modos de vida das populações do campo, das florestas e das águas.
- Incorporar na PNSIPCFA as propostas da nota técnica que trata da saúde das populações das águas pactuadas em reuniões anteriores do Grupo da Terra;
- Incorporação e valorização de parteiras e cuidadoras tradicionais nos atendimentos das equipes da APS (como exemplo: as benzedeiras, rezadeiras e raizeiras);
- Ampliação da cobertura de programas/serviços de Atenção Domiciliar, como exemplo o Programa Melhor em Casa por meio do cuidado especializado, paliativo e de reabilitação da pessoa em seu território, com a desospitalização e prevenção de internações desnecessárias - SAD/PMeC em territórios do Campo, Floresta e Águas,

com melhoria das condições de moradia e a valorização dos cuidadores da própria comunidade.

- Universalização do SAMU visando diminuir os vazios assistenciais de acesso à atenção de média e alta complexidade, bem como para suporte de urgências e emergências para as populações do campo, floresta e águas.
- Implementação efetiva da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher PNAISM com ações de prevenção e promoção da Saúde, incluindo ações que protejam a saúde mental e a situação de vulnerabilidade e empobrecimento que as mulheres estão sujeitas nos campos, nas florestas e nas águas.
- Integrar no serviço da atenção primária em saúde – APS pautas relacionadas à Igualdade racial e direitos humanos, bem como as práticas integrativas e complementares no SUS;
- Implementação efetiva da Política Nacional de Saúde da Pessoas Idosa com disponibilização de medicações e farmácia popular para populações do Campo, das florestas e das águas.
- Implementar e fortalecer a promoção da saúde mental como forma de reduzir o adoecimento das populações do campo, da floresta e das águas, com especial atenção para os agricultoras e agricultores contaminados com o uso danoso dos agrotóxicos e fortemente afetados pelas pulverizações aéreas.

**Eixo 2: Ações de promoção e vigilância em saúde às populações do campo, da floresta e das águas.**

**Objetivos:**

II - Desenvolver ações voltadas à vigilância em saúde, visando identificar medidas de prevenção e controle dos fatores de risco sanitários relacionados ao ambiente e ao trabalho;
III - Fortalecer ações integradas à Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), buscando o enfrentamento da determinação social da saúde das populações do campo, da floresta e das águas.

**Principais ações e estratégias do Eixo 2:**

- Fortalecer a vigilância popular em saúde e a vigilância em saúde ambiental em territórios e maretórios do campo, floresta e águas.
- Fortalecer estratégias de campanhas e multivacinação.
- Incorporação de parteiras tradicionais nos espaços de diálogo da gestão participativa, por meio do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde e eventos relacionados à cultura, saberes e práticas tradicionais em saúde.
- Fortalecer a vigilância pública em saúde relacionada aos acidentes por animais peçonhentos;
- Incorporar na Política Nacional de Saúde do Trabalhador/a as propostas da Câmara Técnica do Conselho Nacional de Saúde que tratou da reorganização das ações e

serviços da saúde do trabalhador, "Resolução nº 603, de 8 de novembro de 2018, destacando a instalação de 1 (um) Cerest por Região de Saúde no Brasil.

**Eixo 3: Educação permanente e educação popular em saúde com foco nas populações do campo, da floresta e das águas; <u>Objetivos:</u>**

IV - Contribuir para a formação técnica e educação permanente sobre as especificidades de saúde das populações do campo, da floresta e das águas.

V- Estimular o desenvolvimento e ampliação do ensino, pesquisa e da extensão junto às instituições de ensino voltadas à educação na saúde do campo, floresta e águas.

VI - Fortalecimento e ampliação dos Programas de Pós-graduação, residência médica e em área profissional com interface à saúde do campo, floresta e águas.

VII. Desenvolvimento de estratégias de gestão do trabalho na saúde em territórios do campo, floresta e águas.

**Principais ações e estratégias do Eixo 3:**

- Formação técnica para Agentes comunitários de Saúde (ACS), Agentes de combate à endemias (ACE) e técnicos em saúde bucal que atuam em territórios do campo, floresta e águas.
- Educação Permanente em Saúde para trabalhadores/as da APS no Campo, Floresta e Águas para as cinco regiões do país.
- Programa de Vivências no SUS em territórios do campo, floresta e águas para estudantes, docentes, trabalhadores e movimentos sociais.
- Ampliação dos programas de residências multiprofissionais e criação do ano adicional (R3) de medicina de família e comunidade em saúde do campo, floresta e águas nas cinco regiões do país, com perspectiva político pedagógica junto aos movimentos sociais populares.
- Implementação de Núcleos de Atenção Integral à Saúde da Trabalhadora do SUS nos territórios.
- Ampliar e fortalecer o Programa AgPopSUS.
- Assegurar recursos para formação de médicas e médicos Populares no Pronera para o curso de medicina;
- Criação de uma Política de formação para médicos e médicas populares com ampliação para os diversos territórios do campo, floresta e águas.

**Eixo 4: Mobilização, articulação, participação e controle social;** Objetivos:

VII- Desenvolver processos formativos com base na Educação Popular em saúde e participação popular, promovendo a integração de saberes e práticas de cuidado das populações do campo, da floresta e das águas.

IX - Ampliar as instâncias de gestão participativa da PNSIPCFA e a participação destas populações nos conselhos e conferências de saúde.

**Principais ações e estratégias do Eixo 4:**

- Ampliar e fortalecer os cursos de Especialização e pós-graduações em Educação Popular em Saúde para trabalhadoras(es) de Saúde, Movimentos Sociais e Populares.
- Fomento ao projeto Participa Mais, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) com recomendação para a participação de representações das Populações CFA.
- Estimular a participação dos movimentos sociais que compõe o Grupo da Terra nos conselhos de saúde, conferências, comissões e comitês; ampliando as instâncias de gestão e participação dessas populações nos planos de saúde municipais e nos territórios.
- Transformar o programa AgPopSUS em um política pública;

**Eixo 5: Gestão, Monitoramento e avaliação do acesso às ações e serviços de saúde das populações do campo, da floresta e das águas.** Objetivos:

X - Fortalecer o processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da PNSIPCFA, pelos gestores, trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da utilização de instrumentos/indicadores adequados.

XI - Qualificar as informações específicas sobre a saúde das populações do campo, da floresta e das águas nos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde (SUS), possibilitando a identificação dos agravos relativos a essas populações.

**Principais ações e estratégias do Eixo 5:**

- Desenvolver e executar mecanismos de governança e gestão participativa, promovendo a articulação em rede entre os envolvidos, o acompanhamento sistemático das atividades e o monitoramento e avaliação contínuos da implementação da PNSIPCFA.
- Garantir a inserção da categoria Povos e comunidades tradicionais (PCT) e Campo Floresta e águas nos sistemas oficiais do SUS, afim de melhorar a coleta e registro sobre as populações do campo, floresta e águas nos sistemas de informação do SUS, garantindo que esses dados sejam mais precisos e detalhados, permitindo a identificação dos principais agravos de saúde enfrentados por essas comunidades.
- Implementar indicadores da Doença Falciforme (Rede Alyne) por macrorregião na APS, com o recorte das populações do Campo, da Floresta e das Águas).

- Ajustar a ficha de notificação de acidente e agravos relacionados ao trabalho para identificar as populações do campo, floresta e águas e qualificar as doenças e agravos para atuação dos profissionais dos CEREST.
- Aprimorar o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua), bem como da sociobiodiversidade (animais e dos vegetais).
- Qualificar os dados/campos das Fichas de Cadastro individual dos registros no e-SUS APS, incluindo registro de agravos relacionados aos usos de agrotóxicos e outros contaminantes.
- Fortalecer o Programa de abastecimento de água potável conforme a realidade do territórios do campo, da floresta e das águas.

**Eixo 6: Proteção dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis e enfrentamento da crise climática e ambiental e do racismo ambiental <u>Objetivo:</u>**

XII - Desenvolver estratégias de proteção e recuperação dos territórios contaminados e da vida no campo, floresta e águas frente a crise climática; **Principais ações e estratégias do Eixo 6:**

- Articular com outros Ministérios para ampliar e fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, incluindo a produção orgânica e as plantas medicinais, como forma de garantir a produção de alimentos saudáveis.
- Fortalecimento da agroecologia como modo de vida, promoção da saúde e mitigação das problemáticas advindas das mudanças climáticas, por meio da sociobiodiversidade;
- Articular com outros ministérios para criação de Territórios de Proteção da "agrosociobiodiversidade", sem uso de agrotóxicos em territórios onde vivam povos e comunidades tradicionais (PCT), e onde há ações agroecológicas e rios com água para abastecimento.
- Fortalecer o uso das plantas medicinais e dos fitoterápicos, reconhecendo o protagonismo das agricultoras e agricultores familiares e valorização dos saberes ancestrais e práticas de cuidados tradicionais.
- Implantar Farmácias Vivas no SUS voltados aos povos do CFA.
- Adotar medidas que assegurem a implementação do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), com destaque para: (i) definir a FUNASA, no âmbito federal, a estrutura institucional responsável pela implementação do PNSR; (ii)Instituir um comitê gestor do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Ministério das Cidades, Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Fiocruz, e representações do Grupo da Terra); (iii) atualizar e apresentar as metas, investimentos e entes responsáveis pela execução das ações que permitam iniciar a consecução do PNSR pelo atual governo federal, estaduais e municipais; (iv) priorizar as ações de saneamento rural junto aos povos e comunidades tradicionais, a exemplo dos indígenas e quilombolas, considerando critérios e indicadores de saúde pública; e, (v) multiplicar as experiências bem-sucedidas de abastecimento de águas e saneamento rural desenvolvidas nas regiões nordeste e amazônica, a exemplo da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA e do Projeto SANEAR (Água Potável para Comunidades da Amazônia);
- Realização de estudos pelo MS sobre o impacto dos grandes projetos de mineração, energia eólica e hídrica na saúde das populações afetadas;
- Regulamentação dos Territórios indígenas e de povos e comunidades tradicionais (PCT), por meio da aprovação do PL 131 de 2020.
- Garantir a implementação do PRONARA com vistas a combater o uso de agrotóxicos, haja vista ser a principal causa de adoecimentos, a exemplo do autismo, má formação

congênita, diferentes tipos de câncer como linfoma, leucemia, fígado, mama, útero, bem como na saúde reprodutiva e infanto juvenil entre outros.

- Assegurar mecanismos de fiscalização e punição para os grandes empreendimentos responsáveis pelo uso abusivo de agrotóxicos.
- Garantir a participação do Ministério da saúde no combate ao uso de agrotóxico com destaque para o desenvolvimento das suas funções específicas, tais como:

**1- Aprimorar o papel regulatório do Estado:**

i) qualificar rede de laboratórios públicos e outros laboratórios de órgãos e autarquias públicas para análise de resíduo de agrotóxicos na água, em alimentos, no solo, no ar e monitoramento de saúde de populações expostas;

**2- Ampliar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos - VSPEA:**

i) manter indução financeira para todos os municípios; ii) implementar mecanismos para notificação cidadã de intoxicação exógena;

iii) criar mecanismo para integrar ações de Vigilância Popular, Vigilância em Saúde Ambiental e Vigilância em Saúde do Trabalhador com a Atenção Primária em Saúde;

**Eixo 7: Pesquisa, disseminação e comunicação sobre saúde do campo, floresta e águas.**

**Objetivos:**

XIII - Estabelecer uma rede que integre gestão, serviço, academia e comunidade que atue na saúde das populações do campo, da floresta e das águas.

XIV - Dar visibilidade à realidade das populações do campo, da floresta e das águas e à implementação da PNSIPCFA.

**Principais ações e estratégias do Eixo 7:**

- Instituir e implantar um Observatório - Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.
- Realização de Fóruns de discussão e avaliação da PNSIPCFA.
- Disponibilizar informação por meio da plataforma de Dados Abertos do SUS.
- Disponibilizar o conjunto de dados, da PNSIPCFA e do plano operativo no painel da plataforma LocalizaSUS e portal SAGE.
- Expandir cobertura de rede e sinal de internet e telefonia nos territórios e maretórios onde não tem sinal;
- Induzir pesquisas sobre as condições de saúde das populações do Campo, das Florestas e das Águas - PET Saúde nas Universidades;

**Pontos atenção e Proposições Gerais para o Grupo da Terra:**

- Necessidade de pactuação do Plano Operativo 2025 - 2027 da PNSIPCFA, nas próximas reuniões do Grupo de Trabalho de Gestão e pactuações com (CONASS e CONASEMS) e na Reunião Comissão Intergestores Tripartite - CIT, para o mês de maio de 2025.
- Atualização de portaria do Grupo da Terra pelo Ministro Padilha com inclusão dos novos movimentos sociais;
- Publicação de Portaria para apresentar Plano Operativo (2025 - 2027).
- Apresentação do novo desenho de gestão do Grupo da Terra no Ministério da Saúde com participação e comprometimento das áreas técnicas das secretarias onde serão executadas as ações da PNSIPCFA.
- Necessidade de pensar encontros e/ou caravanas estaduais para articulação e implementação da política com estados e municípios e culminar na formulação do Encontro Nacional de Campo, Florestas e Águas com o objetivo de atualizar da PNSIPCFA;
- Continuidade de Projeto Básico do Termo de execução Descentralizada - TED a ser firmado entre a Fiocruz e o MS para executar plano operativo da PNSIPCFA;
- Criação de Comitê para monitoramento e avaliação do plano operativo: para acompanhar implementação e monitoramento - Coordenação (3 movimentos do Grupo da Terra, Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva, Secretaria de Saúde Digital no SUS - SEIDIGI);
- Necessidade de resposta ao dossiê entregue ao Ministério da Saúde que trata sobre a exposição à contaminantes na Ilha de Maré - o documento prevê a realização de inquérito epidemiológico com exames toxicológicos nas populações de Ilha de Maré apresentado no Seminário Saúde Sem Racismo no Grupo da Terra, no mês de junho de 2024.
- Inserir a PNSIPCFA como pauta prioritária do Ministério da Saúde, sobretudo da Gestão Participativa.

Brasília, 23 de abril de 2025.




**Síntese dos Encaminhamentos da Reunião do GT TERRA – 21 a 25 de abril de 2025**

- Potencializar as movimentações para em **maio** aprovar o **plano operativo e TED. A previsão era que fosse aprovado na CIT em maio. Precisa ser pautado na reunião ordinária de Junho!**

- Oficina para viabilizar o **plano operativo**, com datas, períodos, competências com as secretarias do governo.

- Foi consultado pelo GT Terra a possibilidade de apresentar um **Projeto de Lei para institucionalizar a Política Nacional de Saúde CFA – Deputado Carlos Veras – PT/PE colocou o mandato à disposição**.

- Ambientar o momento com o CNS no GT TERRA. Inclusive para ajudar a estabelecer a relação  e pautar a PNSIPCFA com os conselhos estaduais/municipais.

- Articular agendas com a Secretaria de Vigilância do GT Terra para participação na COP30/ **Principalmente e sobretudo na Cúpula dos Povos (Daniela Silva do Movimento ASA - Articulação do Semiárido está na Comissão organizadora).**

- Comissão Executiva do GT Terra conversar com o Ministério da Saúde antes de formalizar a agenda com o deputado Carlos Veras para falar sobre o PL de Lei.

- Após conversa com o MS convidar o Deputado Carlos Veras – PT PE para avaliar os riscos e oportunidades de apresentar o PL de Lei neste contexto político;

- Realizar uma conferência Nacional e/ou seminários estaduais sobre a Saúde Integral dos Povos do CFA – 2026.

- José e Junior levarem a proposta da conferência para as reuniões do CNS

- 5º Seminário da FIOCRUZ no CEARÁ: 15 a 18/07 na FIOCRUZ/CE – participa 1 representante de GT TERRA por movimento.

- GT TERRA avaliar se é oportuno fazer uma atividade autogestionada do GT Terra no 5º Seminário da FIOCRUZ no CEARÁ no dia 18/07 – Pode ser algo em torno da PNSIPCFA/Uma vivência em algum território do CE ou alguma atividade no Frei Humberto). Então, neste dia, outra representação de entidade (suplente) que representa no GT TERRA poderá participar.  Guilherme Franco está na articulação e envio de link para inscrição do Grupo da Terra.

- 18 a 21 de agosto da Conferência Nacional de STT. Com participação dos delegados do GT Terra que foram eleitos na Conferência Livre do Campo, Floresta e águas.

- **PRÓXIMA REUNIÃO DO GT TERRA - 05, 06 e 07 de agosto de 2025.** A comissão executiva do GT organizará a pauta.

Pontos de Atenção:

Projetos que estão caminhando foram fruto de Articulação da antiga Assessoria de Territórios (MS) e em parceria com a Fiocruz RJ (VPAAPS) e Brasília.

- Ilha de Maré na Baía de Todos os Santos em Salvador - Articulação fruto de uma comissão formada para construir o Observatório Baía de Todos os Santos em Salvador para pensar a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis das comunidades Quilombola em Ilha de Maré.
- Articulação com o Semi-árido com a ASA - Articulação que está sendo construída no âmbito do TED de Periferias.

SUS
MINISTÉRIO DA SAÚDE